

## PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 006/2019

**PROCESSO N.º:** 000718-15/01

**INTERESSADO:** FRANCISCO VILAS BOAS DA SILVA.

**CNPJ/CPF:** 553.446.585-91.

**OBJETIVO:** Análise e julgamento de primeira instância de infração ambiental.

**AUTO DE INFRAÇÃO:** Nº 0003414.

**SANÇÕES:** Multa Simples e Embargo.

**EMENTA:** Construção de um tanque de piscicultura medindo 50mx20m (1.000 m<sup>2</sup>), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes. (Auto de Infração Nº 0003414).

### I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do **Auto de Infração nº 0003414** (fls. 10) lavrado com fundamento no art. 70, § 1º, e art. 60, *caput*, da Lei Nº 9.605/98; e art. 3º inciso II, IV e art. 66, *caput*, do Decreto Nº 6.514/2008; por construir um tanque de piscicultura medindo 50mx20m (1.000 m<sup>2</sup>), sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, localizado na Vicinal Raimundão, Sítio Buritizal, Município de Alto Alegre/RR, nas coordenadas geográficas: N 02° 56' 40,0" e W 61° 18' 25,4".

Em 22/05/2015, o autuado foi notificado a comparecer na sede da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Roraima – FEMARH/RR, em cinco dias, para apresentar documentos pessoais e as licenças/autorizações ambientais, conforme Auto de Notificação Nº 0002267 (fl. 09).

Constatada a prática da infração supramencionada, em 25/05/2015, foi aplicada a penalidade de multa simples no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, conforme o Auto de Infração nº 0003414 (fls.10).

Ressalta-se que, nos autos do processo em tela, constatou-se o PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 05/2019, datado em 28/02/2019, subscrito pelos analistas ambientais/fiscais: Francisco Hélio Milanez, Agnaldo de Aguiar Júnior e Dalva Helena M. da Silva Cardoso.

**É o relatório.**

## II – INSTRUÇÃO

Constatou-se nos autos o MEMO Nº 214/2015/DFA/DMCA/FEMARH (fl. 02); Relatório Ambiental Nº 098/2015 (fls. 03 a 06); documentação pessoal do autuado (fl.07); formulário de denúncia (fl.08); Auto de Notificação nº 0002267 (fl.09); Auto de Infração Nº 0003414 (fl. 10); Despacho DA/DIRAF à PROJUR (fl. 11); Defesa Administrativa (fls. 12 a 21); Procuração e documentação pessoal (fls. 22 e 23); documentação da defesa administrativa (fls. 24 a 61); Despacho PROJUR para DPMA/FEMARH (fl. 62); Despacho DPMA/FEMARH para PROJUR (fls. 63 a 67); Despacho DMCA (fl. 68); Despacho Presidente (fls. 69); Despacho Comissão de Autoridade Julgadora (fl.70); Despacho Comissão de Autoridade Julgadora (fl.71) Despacho devolução de processo (fl. 72); Despacho DMCA/FEMARH (fl. 73); Parecer da Autoridade Julgadora Nº 05/2019 (fls. 74 a 78); Despacho DMCA para DIRAF (fl. 79); Notificação para comparecimento (fl. 80); Publicação em DOERR (fl. 81); Despacho DIRAF/FEMARH/RR (fl. 82); Despacho DMCA/RR para PRESIDENCIA/FEMARH (fl. 83); Despacho DMCA/FEMARH encaminhamento de processo (fls. 84); MEMO Nº 004/2019/COMISSÃO DE AUTORIDADE JULGADORA/FEMARH/RR (fl. 85); Publicação DOERR (fl. 86); Declaração de Impedimento da Autoridade Julgadora – Analista Administrativo/Advogada, Fernanda Nascimento Bernardo de Oliveira. (fl. 87).

## III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **Constituição Federal de 1988;**
- **Lei nº. 9.605/1998-** Lei dos Crimes Ambientais;
- **Decreto nº. 6.514/2008-** Infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e do seu processo administrativo federal;
- **Lei 12.651/2012-** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;
- **Instrução Normativa FEMARH nº 005 de 05 de Agosto de 2019** – Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviço de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito de autuação da FEMARH.

No caso em comento, o autuado cometeu infração ambiental e não há dúvidas quanto à materialidade e autoria do fato. Neste Contexto, o dano ambiental reclama responsabilização, sendo imperiosa a reparação por este Dano, como dita o art. 225 da CF, ao consignar no paragrafo terceiro do aludido dispositivo constitucional, a responsabilidade administrativa pelo dano ambiental.

#### IV – ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA

1. Prefacialmente, cumpre ressaltar que o recurso administrativo apresentado pelo autuado já foi analisado e objeto de parecer da autoridade julgadora, conforme PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 05/2019, subscrito pelos analistas ambientais/fiscais: Francisco Hélio Milanez, Agnaldo de Aguiar Júnior e Dalva Helena M. da Silva Cardoso (fls. 74 a 78).
2. Constatou-se nos autos a Declaração de Impedimento do membro da **Câmara Única de Autoridade Julgadora - CUAJ**, nos termos do art. 144, II, da Lei 13.105/2015.
3. Considerando PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 05/2019, a presente **CUAJ** concedeu prazo máximo (10 dias), referentes ao direito de manifestação em alegações finais, conforme art. 122 do Decreto nº 6.514/2008.
4. O Autuado não se manifestou no prazo das alegações finais.
5. A **CUAJ** opina pela reiteração da conclusão do PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 05/2019 e que o mesmo seja publicado no DOERR, tais quais cito:
  - a) redução da **multa simples**, segundo o Art. 6, inciso III, da Lei nº 9.605/1998 e Art. 4, inciso II e III do Decreto 6.514/2008, cominados com Art. 13, inciso I e IV e Art. 15, inciso I e parágrafo 1º da IN Nº 002/2017/FEMARH/RR, para **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**, com a manutenção do embargo do tanque de piscicultura, aplicado pelos fiscais ambientais;
  - b) necessidade do infrator realizar a regularização ambiental do tanque de piscicultura medindo 50m x 20m (1.000 m<sup>2</sup>).

#### V – REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

De acordo com o art. 143, §2º, do Decreto Nº 6.514/2008, independente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causada.

Posto isso, caberá ao infrator proceder à recuperação do dano ambiental causado pela construção do tanque de piscicultura medindo 50mx20m (1.000 m<sup>2</sup>), sem

licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, localizado na Vicinal Raimundão, Sítio Buritizal, Município de Alto Alegre/RR, nas coordenadas geográficas: N 02° 56' 40,0" e W 61° 18' 25,4", mediante acompanhamento e crivo da Diretoria de Monitoramento e Controle Ambiental – DMCA/FEMARH/RR.

## VI – ENCAMINHAMENTO

Remeta-se o devido processo, com base nos fundamentos do presente parecer, à **Presidência** para as devidas providências quando a **publicação e notificação**, para regular direito de **interposição de recursos a luz IN 05/2019**.

## VII – CONCLUSÃO

Com base na análise dos documentos encartados que delinearam os fatos, e ao verificar que o auto de infração reveste-se das formalidades a eles inerentes, com descrições objetivas e clara da infração, e aplicação das multas em consonância com as legislações vigentes.

- a) Os agentes públicos agiram em perfeita harmonia com os ditames legais preceituados na legislação vigente, sendo o auto de infração lavrado por autoridades policiais administrativas a luz da Lei Federal nº 9.605/2008, art. 70, 1º§ c/c Lei Estadual nº537/2006. Art.11, inciso I.
- b) Opina-se pela reiteração da conclusão do PARECER DA AUTORIDADE JULGADORA Nº 05/2019, com a devida publicidade do mesmo em DOERR, que decidiu pela redução da multa segundo o Art. 6, inciso III, da Lei nº 9.605/1998 e Art. 4, inciso II e III do Decreto 6.514/2008, cominados com Art. 13, inciso I e IV e Art. 15, inciso I e parágrafo 1º da IN Nº 002/2017/FEMARH/RR, para **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**, com a manutenção do embargo do tanque de piscicultura, aplicado pelos fiscais ambientais no processo nº 000718/15-01. Há necessidade ainda de o infrator realizar a regularização ambiental do tanque de piscicultura medindo 50m x 20m (1.000 m<sup>2</sup>).
- c) Que o valor da **multa simples** seja calculado e atualizado pelo setor de contabilidade, de acordo com a Lei Nº 8.005/1990.
- d) Seja o autuado notificado via AR, e/ou outro meio de notificação legal para ciência da Decisão;
- e) Após ciência, com a devida juntada do comprovante do AR, ou outro meio legal de notificação/ciência, o autuado poderá pagar o valor da multa no prazo de **5**

(cinco) dias, com o desconto legal de **30%**, com incidência de juros, mora e correção monetária;

- f) Caso o autuado não pague o valor da multa com 30% de desconto no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência da decisão no processo, poderá apresentar RECURSO a autoridade superior, no prazo de **20 (vinte) dias**.
- g) Por fim, não efetuando o pagamento no período acima estipulado nem apresentando recurso, **CERTIFICAR O TRÂNSITO EM JULGADO ADMINISTRATIVO** da decisão da 1ª Instância e proceder com os trâmites legais para a **INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA**.

Publique-se, notifique-se por AR e demais providencias.

**É o parecer. S.M.J.**

Boa Vista, 29 de Agosto de 2019.

---

Robson Marques Torquato  
Presidente da CUAJ  
Matrícula: 042098786